

MUSEUS e bibliotecas dos municípios: um exemplo alentador que nos vem de Campinas. Correio Popular, Campinas, 01 mar. 1949.

Inserimos neste rodapé, transcrito de o "Correio Paulistano", um artigo no qual PELÁGIO LOBO discorre brilhantemente sobre a instalação de um museu histórico em Campinas — objetivo de uma campanha sustentada, nestes últimos anos, por esta folha, e que repercutiu na Câmara pela palavra do Prof. Floriano de Azevedo Marques.

O ato do governo Estadual que suprimiu, por alegada falta de verba e por medida de economia, entre outras repartições e serviços, o Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus, criado no fequendo governo de Fernando Costa, foi um retrocesso lamentável na campanha de elevação cultural em que os governos paulistas, inclusive esse último do período da ditadura, vinham empenhando esforços decididos e bem orientados.

Quando se deu a instalação desse, há pouco extinto Conselho, em solene reunião presidida pelo interventor Fernando Costa — um homem da gleba agrícola que sabia estimular a cultura da terra, sem jamais esquecer a cultura do homem, em qualquer dos seus setores — encheu-se o salão vermelho dos Campos Eliseos de uma multidão de notável nível cultural e artístico: afóra dois secretários de governo, que eram Abelardo Vergueiro Cesar e Teotônio Monteiro de Barros, só se acotovelavam no salão, em torno da figura sorridente do interventor, delegados dos nossos mais conspicuos centros educacionais, científicos e artísticos — o dr. Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista, o professor Basileu Garcia, representante da reitoria da Universidade de São Paulo, o padre Castro Nery, da Faculdade de Filosofia; eng.º Luiz S. Tiago, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Rubens Borba de Moraes, do Departa-

mento Municipal de Cultura, e um bloco de imortais da Academia Paulista, com o presidente Altino Arantes à frente, cercado pelos confrades da colenda companhia — Guilherme de Almeida, René Thilolier, Roberto Simonsen e Cândido Mota Filho. Não falemos de outras figuras presentes ao ato — Jornalistas, membros do Conselho Administrativo do Estado, Instituto de Genealogia, Faculdade de Direito, etc. Bastam os nomes apontados. Dois discursos magníficos, saturados de idéias altas em períodos cantantes, fizeram-se ouvir — o de Guilherme de Almeida e o do padre Castro Nery, o primeiro presidente escolhido para o Conselho então criado, o segundo porta-voz da Academia Paulista de Letras, a qual, como expoente mais alto da cultura paulista, se sentia direta e pessoalmente beneficiada por aquela criação do governo de um chefe diplomado em agronomia...

Guilherme de Almeida definiu, com a linguagem sutil de que tem as formulas secretas, o fito principal do Conselho.

"Promover a organização de bibliotecas municipais por todo o nosso Estado: orientá-las, padronizá-las, incentivar o seu desenvolvimento e prestar assistência técnica a quem a reclamar. Em duas palavras: dar ao livro um altar condigno e aos seus fiéis uma fé maior..."

E, paralelamente, fundar museus locais isto é, despertar o amor à tradição — sagrado amor que é culto, antes, para ser cultura, depois..."

E o academico Castro Nery, que não é apenas um orador empolgante na tribuna sacra, mas um lapidario de belos períodos como vestuário de belas e suculentas idéias, presagiando os benefícios que esse programa daria à formação cultural do nosso país, atra-

vés dos seus municípios, constituídos, todos e cada um deles, em oficinas de pacientes falcadores de belezas esquecidas e documentos ignorados ou desfeitos no desmazelo dos arquivos — lembrou que foi com eles que a Itália alicerçou a sua unidade política, nascida da unidade espiritual e artística:

"Só quando cada município for uma oficina de cultura é que o Brasil inteiro poderá falar numa renascença de arte, filosofia e literatura nacionais.

Não foi assim que se fez a península italiana nos inícios do século XV?

Quando o nosso povo se habituou, como outros povos, à devoção do papel velho, a conservar as cartas, memórias domesticas, arquivos municipais, teremos dado um passo importantissimo no terreno dos fatos e das idéias. Nada menos alegre para os reconstituidores do passado do que esses largos períodos de tempo onde não se encontra uma só informação de valor. Também nada mais confortante do que encontrar os favorecidos por toda a espécie de documentos.....

Ah! os papéis que deixam de ser papéis! Homens e mulheres, famílias e feudos, povos inteiros, "brasonados de pó" que se destacam das páginas amarelas e reclamam contra o esquecimento...

Ora, esta reunião confortadora realizou-se em S. Paulo num dia 7 do mês de julho (que, para todos nós é um mês sagrado) de 1949. Durante os três primeiros

anos, o Conselho, não obstante verbas escassas que lhe eram reservadas nos orçamentos, fez muita coisa: instalou varias bibliotecas, lançou beneficis sementes de cultura por esse interior afora — Jundiá, Pinhal, Marília, Barretos, Bauri, S. José do Rio Pardo, etc.

Mas a organização desde os fins do bissexto de 1948, está desfeita — "por falta de verba" — muito embora os funcionários que a norteavam, agora dispersos por outros institutos e repartições, continuem a perceber seus vencimentos, e sombra de garantias constitucionais. Fez-se, portanto, um grave atentado à nossa pobre e incipiente cultura, sem as propaladas e mal calculadas economias de verbas orçamentarias. As verbas mudaram apenas de rubrica — e o Estado líder, o Estado modelo, alheiou-se, de uma vez, a essa campanha cultural...

Como, porém, é do interior que nos vêm agora as melhores sugestões e os melhores estímulos, quero chamar a atenção dos nossos homens publicos para o exemplo alentador que nos vem de Campinas, acrescido de um prestígio o maior — o movimento parte da sua municipalidade, provem de uma assembléia que tem recebido, merecidamente, alguns apoios, pelo tempo que desbarata em questúnculas pessoais, mas emprega, em compensação, outros vagares no estudo de planos como o de que agora me ocupo. Numa das sessões daquela edili-

dade, um vereador propôs, e toda a Câmara aprovou, que se organizasse uma comissão especial "a fim de elaborar estudos e planos para a criação do Museu Histórico de Campinas". Dias antes da mesma edilidade, em sessão ordinária, por proposta de outro vereador, havia autorizado a constituição de uma outra comissão encarregada da "feitura de uma Monografia Histórica de Campinas".

Não ficou, entretanto, circumscrita à idéia ou plano essa deliberação. A Câmara foi mais além, um gesto de intelligencia, liberto de inspirações partidarias ou restrições de ordem pessoal: designou logo os apresentantes das propostas — dois professores, que até agora não se haviam envolvido em campanhas eleitorais — os srs. Floriano de Azevedo Marques e Francisco Ribeiro Sampaio — e com eles passou a organizar as comissões incumbidas de dar corpo e forma aos dois projetos: e para essas comissões foram convocadas pessoas estranhas à Câmara, professores, dittores de gremios culturais, homens que se sabe votados a pesquisas históricas ligadas à vida do município, em suma, gente capaz de dar o primeiro passo e oferecer à Câmara um programa de trabalhos e uma série de sugestões que esta, de conformidade com suas possibilidades convertida em realidade. Esses atos, em sua simplicidade, asseguram aos

componentes das comissões um desembaraço de movimentos que já é um passo animador: os homens, que se propõem a trabalhar nessa obra de interesse público, nada percebem e não poderiam, portanto, ficar na sujeição burocrática da edilidade que os escolheu.

Fui convocado para os dois trabalhos e, na reunião do dia 24 tive a honra de me assentar à mesa diretora, ao lado do mestre Afonso de Taunay; e basta mencionar esse nome para se aquilatar do critério que inspirou o ato inicial do organizador da comissão. Para ela fora também convocado o professor João Lourenço Rodrigues que, na dezena dos setenta para os oitenta, mantém o vigor intelectual já demonstrado em pesquisas preciosas ligadas à vida religiosa de Campinas. Não mencionarei outros nomes, além desses, mas posso assegurar que os demais, todos eles libertos de lances político-partidários, se dispõem a consagrar à obra planejada uma colaboração isenta de pequeninas restrições de campanha ou de interesses de grupelhos. É um trabalho de "equipe", como se usa agora dizer: a obra é comum, não tem pais adotivos, e será, quando concluída, um atestado de colaboração das mais belas, apenas disciplinada pelo fervor cívico dos componentes, nisso tudo estimulados por um sadio exemplo da sua municipalidade.

Em março de 1943, quando o plano do interventor Fernando Costa estava em esboço e confiado ao esforço lucido do seu secretário Abelardo de Vergueiro Cesar, que foi um dos mais eficientes colaboradores da obra desse governo, declarou este em entrevista a um dos nossos matutinos:

"Os museus locais serão uma coletânea sistemática de objetos de arte, coisas antigas brasileiras, documentos, jornais, mobiliários, moedas, selos, instrumentos agrícolas primitivos, objetos domésticos, retratos, ferramentas, trabalhos de cerâmica, instrumentos musicais, armas de defesa, etc."

O cometimento que agora se esboça em Campinas é a realização desse plano anterior. Os vereadores que levaram à Câmara suas idéias sabem e têm sentido, através de informações numerosas, que uma parte valiosa do patrimônio privado tem ali sofrido uma dolorosa dispersão. Coleções de moveis de velho modelo, louças, peças e instalações de mobiliário dos grandes casarões senhoriais, têm sido delapidados pelo descaso de uns e pela inconsciência de outros. O próprio arquivo municipal, que recebeu uma incipiente organização (muito incompleta, aliás, como consequência desse malefício critério ou que outro nome tenha, de "economia dos dinheiros públicos") ao tempo em que o poeta e historiador Benedito Otávio assumiu as funções de secretário, com a guarda do seu arquivo, voltou ao regime do abandono e da penúria. Carece ele até agora de uma organização completa para a conservação do seu documentário, a restauração de peças e papéis que a umidade, a traça

e as ratazanas andaram corroendo e devorando. Campinas possui, na Municipalidade, um arquivo opulento, apesar de contar

pouco mais de um século de existência, incomparavelmente inferior, em número e variedade, ao de velhos municípios paulistas, como Itú, Lorena, Taubaté, Santos e Iguape. Mas a massa da documentação está ligada aos atos e movimentos que mais convulsionaram o Império e os prodromos da República e a sua restauração, classificação, ordenação e aproveitamento são temas que se abrem às cogitações da edilidade campineira e serão, sem dúvida, títulos honrosos para os nomes dos que as realizaram.

É do Interior, e de uma das suas cidades apontadas sempre como padrão de virtudes cívicas, que nos vêm esse salutar exemplo.

Ele nos dá alento, a nós e a todos quantos sabem prezar o documentário histórico que jaz em casas particulares, em coleções privadas e arquivos públicos do nosso Interior.

E temos ainda alguma esperança em que esse exemplo contribua para esclarecer os nossos homens de governo e ditar-lhes a promulgação de um novo ato que restaure a organização do interventor Fernando Costa consubstanciada no decreto-lei 13-111 de 10 de junho de 1943, inspirado, do primeiro ao último artigo, em idéias claras e honestas de estimular a nossa cultura e defender as suas fontes, não apenas na capital, mas principalmente nas grandes e ignoradas oficinas de nacionalismo que são os seus municípios.